

Mais impostos preocupam empresários

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A maior parte dos empresários que participaram do debate "Os Caminhos da Retomada", promovido ontem pela revista **Exame**, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal, saiu satisfeita com as colocações dos ministros presentes ao evento, mas criticou o claro recado do ministro João Sayad, do Planejamento, de que o aumento da carga tributária será utilizado pelo governo como um dos principais instrumentos para financiar o déficit público brasileiro.

Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Grupo Gerdau, afirmou que os impostos não podem ser aumentados. Classificando o recado de Sayad como "preocupante", Gerdau disse que o setor industrial e, até mesmo, o sistema financeiro nacional não suportariam um aumento da carga tributária neste momento econômico. Segundo o empresário, estes setores já estão no limite máximo de tributação e o aumento dos impostos comprometeria a margem das empresas.

Já o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, admitiu a elevação da carga tributária para o financiamento do déficit público, "mas desde que o aumento dos impostos recaia sobre o setor financeiro". Ele acha que o setor industrial não suportaria mais um aumento de impostos. "Nós já estamos contribuindo ao máximo e não agüentariamos mais este sacrifício", afirmou o presidente da Firjan, acrescentando que o mesmo se daria com os contribuintes pessoas-físicas.

João Donato acha que o setor financeiro foi muito beneficiado, nos últimos anos, pela política econômica do governo e que, agora, "chegou a hora dele dar sua contribuição para a recuperação econômica brasileira". Ele acha que os ganhos exagerados do mercado financeiro e dos bancos poderiam ser taxados com impostos maiores.

O ex-ministro da Indústria e do Comércio e presidente do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá, rebateu veementemente a tese de se aumentar a carga tributária sobre os

bancos. "Somos o setor que mais paga impostos neste País. Têm-se uma imagem que não é verdadeira sobre nossos lucros", alegou. Ele também acha que o setor produtivo não pode ter sua carga de impostos aumentada, bem como o contribuinte comum, "exceto aquele que tem uma renda mensal muito alta para os padrões brasileiros".

Calmon de Sá acredita que o aumento de impostos poderia recair apenas sobre empresas que obtêm grandes lucros no mercado financeiro, além de suas receitas com a comercialização de seus produtos. Acha também que essa tributação seria mais justa e traria uma vantagem adicional de compêlir o capital que hoje é utilizado na especulação financeira para a aplicação em projetos produtivos. Mas, para o ex-ministro, o principal instrumento do governo para combater o déficit público deve ser o corte de gastos, principalmente os relacionados com os imensos subsídios mantidos atualmente pelo setor público. Ele concorda que os cortes não podem ser feitos

de maneira abrupta, contudo acredita que eles são viáveis se forem concretizados de maneira gradativa.

CONGELAMENTO

Os empresários também apoiaram a declaração do ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, de que as empresas estatais poderão ter os preços de suas tarifas e produtos congelados até julho e que depois deste período o governo continuará a reajustar seus preços com a máxima austeridade, "no sentido de sempre remunerar os custos reais, e não através de uma política de reajustes automáticos pura e simples". No debate de ontem, Dornelles também afirmou que o congelamento dos preços industriais se prolongará até junho ou julho.

Jorge Gerdau disse que os empresários continuarão a dar apoio às medidas reiteradas por Dornelles em relação ao controle de preços, "principalmente porque ele está disposto a começar a dar o exemplo, controlando rigidamente seus próprios preços". Com relação ao congelamento dos preços industriais, Gerdau foi

menos enfático, observando que alguns setores precisam ter seus preços reajustados imediatamente. Ele citou o exemplo do setor siderúrgico, ao qual pertence, afirmando que as indústrias siderúrgicas privadas já estão com suas margens totalmente comprimidas. "Entraremos em junho no vermelho. Não suportaremos mais um mês de congelamento", afirmou o empresário gaúcho, acrescentando que espera que o Conselho Interministerial de Preços (CIP), na sua próxima reunião, prevista para o dia 3 ou 4 de junho, permita o reajuste de preços dos produtos siderúrgicos.

O empresário Abílio Diniz, presidente do Grupo Pão de Açúcar, também afirmou a disposição do setor empresarial de continuar contribuindo com o controle de preços e o congelamento. Mas ele acha que junho é o limite máximo de "suportabilidade". Abílio Diniz também considerou muito importante a reafirmação de Dornelles em relação à austeridade e seriedade que o governo aplicará nos reajustes de seus preços.

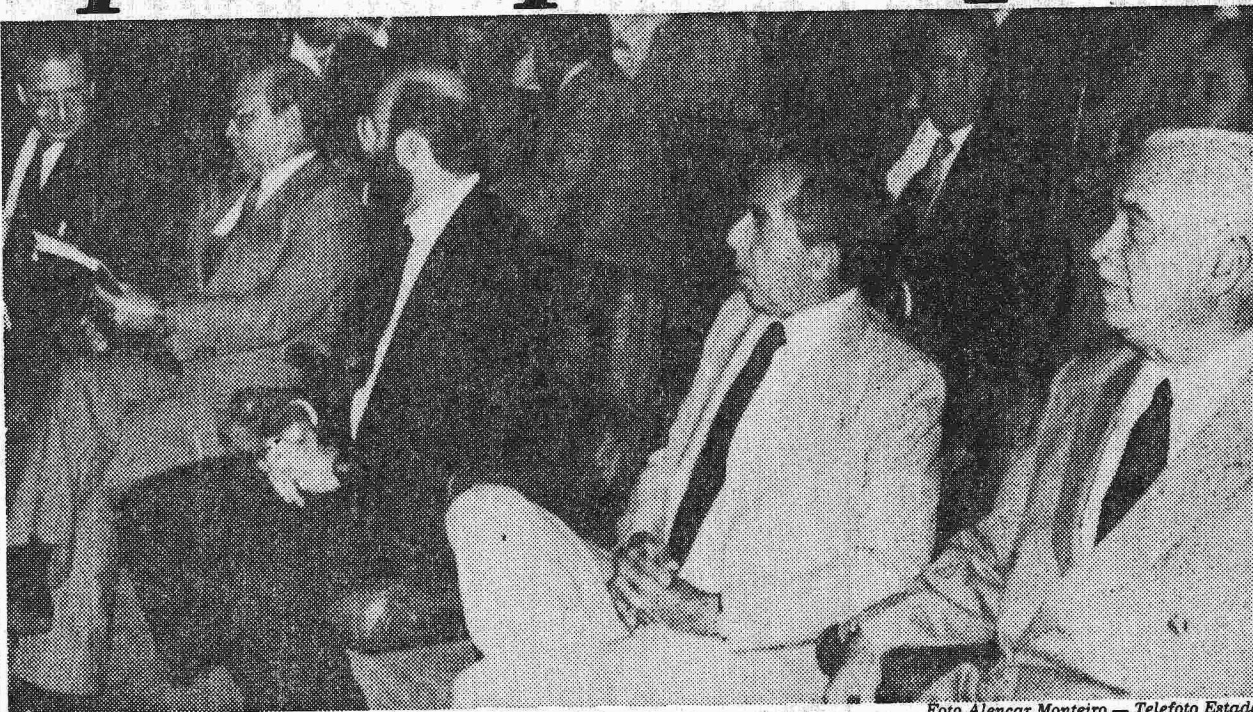


Foto Alencar Monteiro — Telefoto Estado

Diversos ministros participaram do debate "Os Caminhos da Retomada", no Senado Federal